

# AUTORIZAÇÕES E LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA ZONA COSTEIRA



**Profa. Dra. Ana Consuelo  
F. Fontenele**

## ADEM

É uma Autarquia Estadual vinculada a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Desenvolvimento e Mudanças Climáticas (SEMAC), que executa as políticas estaduais

**Data:**  
**23** de outubro de 2025



# SUMÁRIO



- ✓ O que é a Adema
- ✓ O que é e por que existe o Licenciamento Ambiental?
- 📄 Marco Legal e Base Regulatória
- ✓ Documentos necessários
- 🔄 As 3 Etapas do Licenciamento e os Tipos de Licenças
- 🏭 Empreendimentos que Exigem Licença
- 🏛️ Órgãos Ambientais Competentes
- 📊 Passo a Passo do Processo
- 🕒 Prazos, Custos e Desafios
- 💡 Conclusão

---

**Data:**


**23** de outubro de 2025

# Histórico: Institucionalização do Licenciamento Ambiental em Sergipe



 1950 - 1970 Regulação quase inexistente e Externalidades ignoradas - O Progresso.

 1980 - 1990 Primeiras leis ambientais; Reação a desastres ambientais  
Conceito de "poluidor-pagador".

 Século XXI: Sustentabilidade como valor - Pressão de empresas, Gestão e Governança corporativa

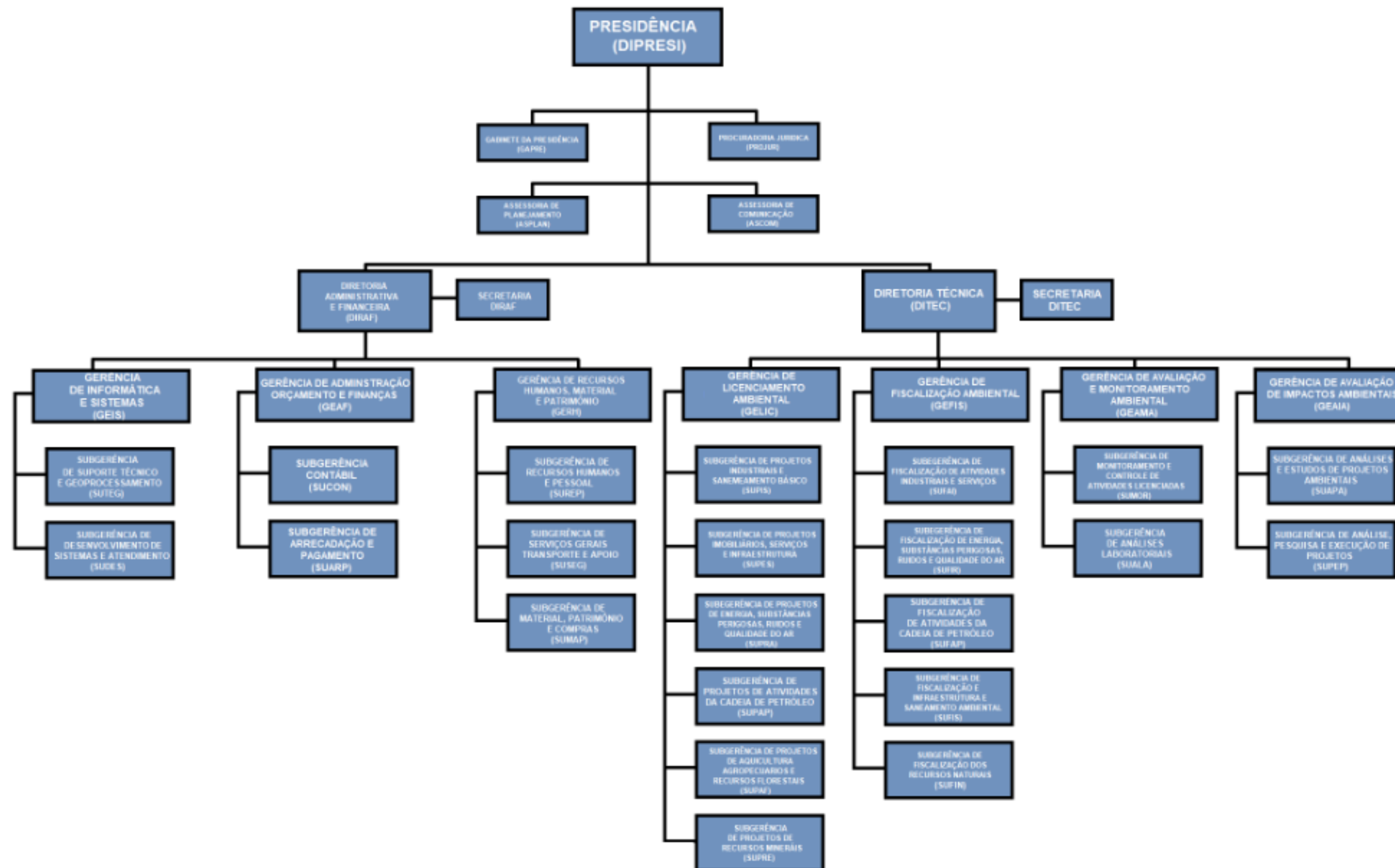
# Bases Legais: Institucionalização do Licenciamento Ambiental em Sergipe



- Lei nº. 2.181, de 12 de outubro de 1978, criou a Adema.
- Regimento Geral Homologado pelo Decreto N.º 5.360/ 1982.
- Alterado pela Lei 5.057, de 07 de novembro de 2006.
- Lei Estadual do Licenciamento Ambiental - Lei nº. 8.497/2018 e alterações 8.734/2020.
- Lei 9.366/2024 Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA-SE.
- Lei nº 5.858/2006; Política Estadual do Meio Ambiente de Sergipe,
- [Decreto nº 1.017/2025](#), Lei Federal nº 14.119/2021 - Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais
- Leis do ZEEC N.ºs. 8.980/2022; 9.147/2022; 9.146/2022
- Lei 8.634/2019 - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC



# Estrutura Administrativa



# Atribuições Desenvolvidas



- Licenciamento Ambiental



- Análise de Estudos Ambientais (EIA/RIMA e RCA)



- Diagnóstico e Fiscalização Ambiental



- Monitoramento e Avaliação da Qualidade Ambiental



- Proteção dos Recursos Naturais



# Licenciamento Ambiental

É um instrumento de gestão ambiental que confere a administração pública exercer o controle sobre as atividades que de forma direta ou indireta interferem no meio ambiente, buscando compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com o equilíbrio ambiental (Lei n. 8.497/2018).





# Objetivo do Licenciamento Ambiental



Assegurar que empreendimentos sejam instalados e operacionalizados de forma sustentável, prevenindo, mitigando e compensando danos ao meio ambiente.





# Instrumentos Legais do Licenciamento Ambiental



- Constituição Federal de 1988 trouxe competências da União, Estados e Municípios, em relação à proteção, preservação do meio ambiente, e combate a poluição.
- Lei nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente): Institui o Licenciamento.
- Resolução CONAMA nº 237/97: Detalha as regras e os empreendimentos sujeitos ao licenciamento.
- Lei Complementar 140/11, fixar normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal.
- Lei nº 12.651/2012, Conhecida como Código Florestal
- Lei nº. 11.428/2006, utilização e proteção do Bioma Mata Atlântica
- Lei nº. 9.605/1998, sanções penais e administrativas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
- Lei Geral do Licenciamento nº. 12.651/2025 - uniformização, flexibilização (LAC)

# Instrumentos Legais do Licenciamento Ambiental - Zona Costeira



📖 Lei 7.661/88 (PNGC): - Estabelece zoneamento costeiro - Define competências - Cria instrumentos de gestão

📖 Decreto 5.300/2004: - Regulamenta o PNGC - Define zona costeira - Estabelece diretrizes

📖 Resolução CONAMA 303/2002 X 12. 651/2012 - APPs em zona costeira - Restrições em restingas - Proteção de dunas

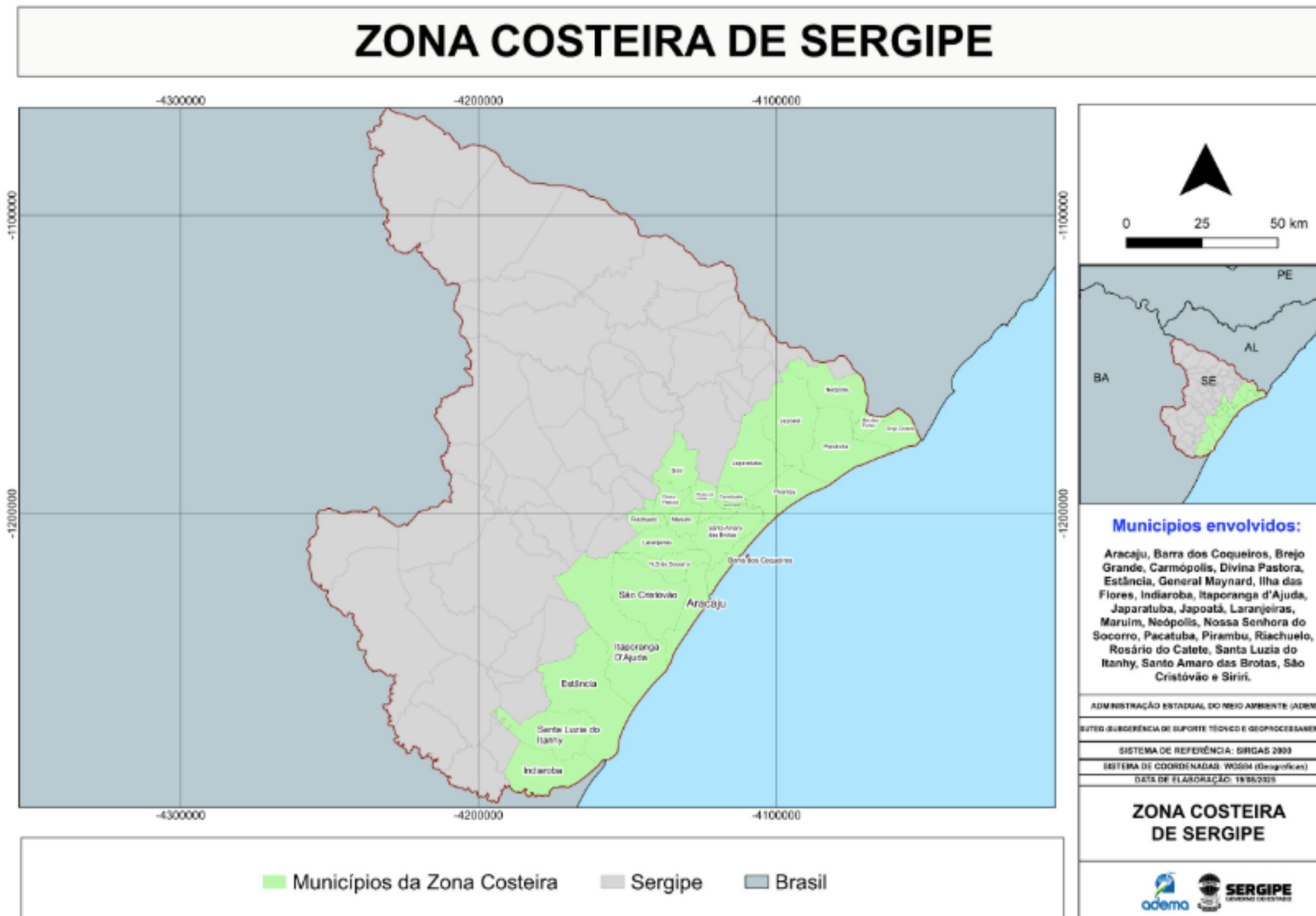
📖 Lei 9.636/98 (Gestão de Bens da União): - Uso dos terrenos de marinha - Competência da SPU

📖 Lei 7.661 de 1988 e a Lei 9.636 de 1998, e no Plano de Ação Federal para a Zona Costeira; Projeto Orla.

📖 Portaria Ministerial nº. 34/2021 - define os municípios da Zona Costeira



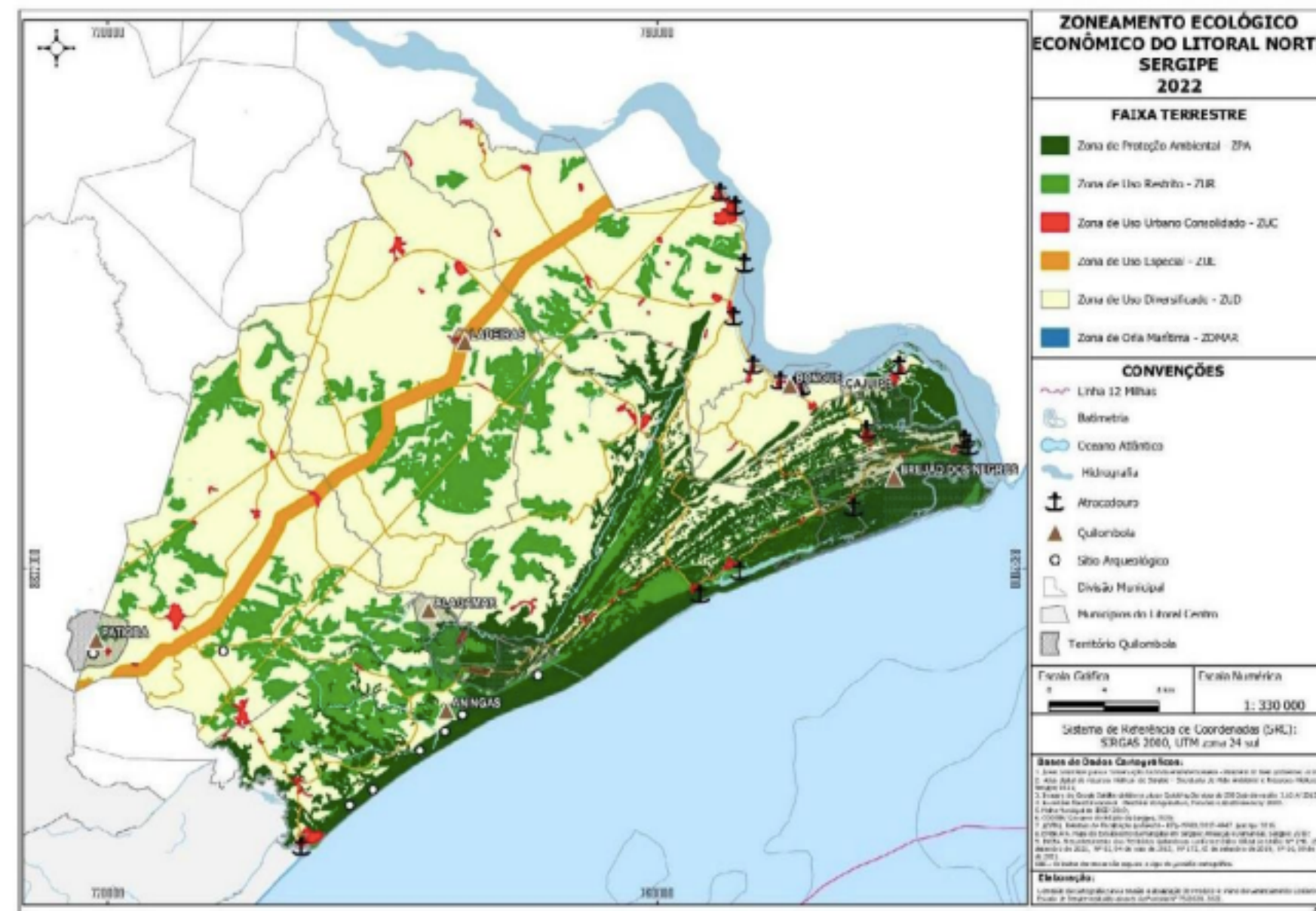
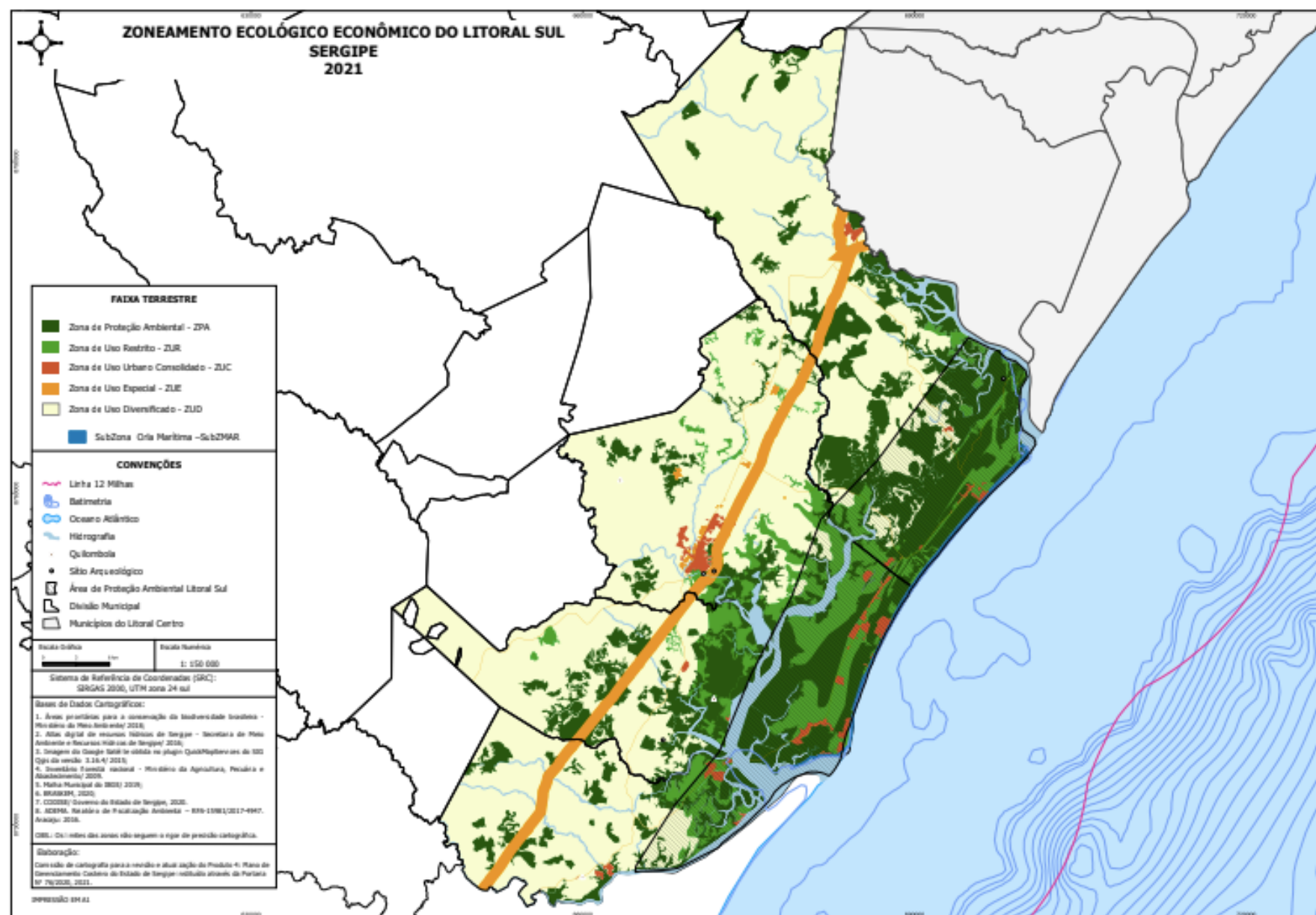
# Municípios da Zona Costeira Sergipana



Portaria MMA nº. 34/2021:  
Aprova a listagem atualizada  
dos municípios abrangidos pela  
faixa terrestre da zona costeira  
brasileira.

26 Municípios Sergipanos  
07 Municípios confrontantes  
05 Municípios licenciando

# ZEEC Sergipe





# Tipos de Licenças - Validade



Licença Prévia - LP aprova a localização e a concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental (fase de planejamento) até 5 anos.

Licença de Intalação - LI aprova o projeto executivo, autoriza o início da construção do empreendimento e a instalação dos equipamentos (fase de construção e medidas de controle) até 5 anos.

Licença de Operação - LO autoriza o funcionamento do empreendimento e deve ser requerida quando a empresa estiver edificada e após a verificação da eficácia das medidas de controle ambiental estabelecidas nas condicionantes das licenças anteriores (4 a 10 anos).



# A Licença de Instalação e Operação LIO apresenta duas formas de concessão



# Outras Licenças e Autorizações Ambientais



- Autorização Ambiental - AA
- Licença Simplificada - LS
- Licença Prévia e de Instalação - LPI
- Resolução nº. 385/06
- Licença de Instalação e Operação - LIO Resolução nº. 377/06
- Licença Prévia para Perfuração de Poços de Petróleo (LPper) Resolução nº. 23/94
- Licença Prévia de Prospeção - LPPro
- Certidão de Dispensa de Licença - CDL (TRA)
- Autorização de Captura de Fauna - ACF
- Autorização de Supressão de Vegetação - ASV
- Cadastro Ambiental Rural - CAR
- Documento de Origem Florestal - DOF
- Consulta Prévia - CP

# Órgãos Intervenientes

- IBAMA
- ICMbio
- FUNAI
- IPHAN
- DENIT
- DETRAN
- Defesa Civil
- Fundação Cultural Palmares - FCP
- Planos, Programas e Projetos Governamentais.
- SEMAC
- FAB
- ANM
- Comando Aéreo Regional - Comar
- Comando da Aeronáutica - Comaer
- Marinha do Brasil
- SPU
- Incra
- Estudos Ambientais Complementares (EAS, RAS, Prad, EVA, EIV, EAS, etc.)



# Principais Atividades e Empreendimentos



## Infraestrutura e Imobiliário:

- Portos, marinas, piers, trapiches
- Estruturas de defesa costeira (quebramares, espigões)
- Passarelas, caminhos e acessos à praia
- Saneamento e Condomínios



## Industrial:

- Usinas termelétricas (refrigeração com água do mar)
- Indústrias de pescado
- Dessalinizadoras
- Mineração



## Turismo e Lazer:

- Hotéis, resorts, pousadas na orla
- Barracas de praia e quiosques
- Parques aquáticos e marinas



## Pesca e Aquicultura:

- Fazendas marinhas (criação de peixes, carcinicultura)
- Base de apoio à pesca
- Entrepósitos pesqueiros

## ⚡ Energia:

- Parques eólicos onshore e offshore
- Usinas Fotovoltaicas
- Cabos submarinos, linhas de transmissão

# Prazos, Custos e Desafios

 Prazos: - Variam conforme complexidade e atendimento as condicionantes

 Custos: - Taxas de análise - Estudos ambientais - Consultorias

 Desafios: - Burocracia - Complementações - Prazos longos - impactos acumulativos

 Taxa de licenciamento - Compensação ambiental - Seguro ambiental

 Créditos de carbono - Cotas de emissão - Serviços ambientais

 Padrões de emissão - Proibições e restrições - Sanções administrativas

 Tendências e Inovações - novas tecnologias ambientais; acesso ao crédito

 Transparência e rastreabilidade - dados abertos - satélites

# Lista de Documentos



## LISTA DE DOCUMENTOS -LD

USO EXCLUSIVO DA ADEMA

TIPOLOGIA:	Desmembramento
GRUPO(ATIVID.):	6.2 ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
CÓD. AMBIENTAL: Lei Estadual N°. 8.497/2018	(06.01)
CÓD. CNAE: Resolução CONCLA nº 14/2006 (IBGE)	(6810-2/03)
FASE:	Licença Simplificada – LS

Nº	Tipo	DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
01	D	Requerimento para Licenciamento Ambiental conforme padrão (RLA) devidamente preenchido indicando as informações e contendo assinatura do interessado (responsável legal) OU procurador;
02	D	Guia de pagamento da taxa de Licenciamento emitida (Boleto Bancário);
03	D	Cópia do Comprovante de pagamento da taxa de Licenciamento emitida;
04	D	Documento de identificação com foto do representante legal, acompanhado de documentação comprobatória da qualidade de representante legal do signatário do Requerimento (ou procuração);
05	D	Cópia do RG/CPF/Comprovante de Residência do Responsável legal (em caso de pessoa física);
06	D	Cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) (em caso de pessoa jurídica);
07	D	Cópia da Ata de eleição da última diretoria quando se tratar de Sociedade; OU do Contrato Social registrado quando se tratar de Sociedade de Quotas de responsabilidade Limitada; OU Requerimento do Empresário Individual (em caso de pessoa jurídica);
08	D	Publicação em jornal de grande circulação ou em meio eletrônico gerenciado pelo órgão ambiental, requerendo a licença ambiental por autodeclaração, conforme Lei Complementar nº 140/2011 e Resolução CONAMA nº 237/1997 e Lei Estadual Nº 8.497/2018;
09	D	Documento que comprove a propriedade ou posse do imóvel: Cópia da Transcrição ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis ou Contrato de Locação ou Documento de Compra e Venda;
10	D	Anúncia prévia de regularização do imóvel (junto a SPU), <a href="#">se couber</a> ;
11	D	Certidão de Conformidade de Uso e Ocupação do Solo, emitida pela Prefeitura Municipal ou Avert de Funcionamento Municipal, quando for o caso;
12	D	CAR – Cadastro Ambiental Rural, <a href="#">se couber</a> ;
13	D	Atestado da concessionária de energia elétrica quanto à viabilidade de fornecimento de energia elétrica para o empreendimento;
14	D	Cópia de Certidão referente a consulta de Viabilidade para (ou comprovante de) prestação dos serviços de coleta e tratamento de efluentes sanitários, emitida pela empresa responsável no Estado, quando este serviço for disponível e <a href="#">realizado pelo município, se couber</a> ;
15	D	Cópia de Certidão referente a consulta de Viabilidade para (ou comprovante de) prestação dos serviços de abastecimento de água, emitida pela empresa de abastecimento de água no Estado, quando o abastecimento de água for disponível e <a href="#">realizado pelo município, se couber</a> ;
16	D	Cópia do Protocolo do pedido da Licença de Operação e/ou licença de Captação (nos casos estabelecidos na legislação), expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas (SEMACE), quando necessário <a href="#">exceto de uso subterrâneo e/ou captação superficial, se couber</a> ;
17	D	Anúncia do Órgão Gestor em caso de imóveis situados em Unidades de Conservação ou zonas de amortecimento, <a href="#">se couber</a> ;
18	D	Protocolo de entrada no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou respectivo posicionamento do IPHAN, de acordo com a Portaria Nº 83/2018 - Aracaju/SE, que dispõe sobre a consulta ao IPHAN nos casos de licenciamento ambiental no âmbito da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA);
19	D	Quando o empreendimento estiver localizado próximo a linhas de transmissão de energia elétrica de alta tensão, ou ser cortada por alguma, apresentar manifestação do (a) órgão/empresa gestor (a) da linha de transmissão de energia elétrica de alta tensão sobre a implantação do loteamento;
20	D	Quando o empreendimento estiver localizado próximo a rodovias, ferrovias e/ou dutovias, apresentar protocolo ou manifestação do (a) órgão/empresa gestor (a) da rodovia, ferrovia, dutovia a implantação do loteamento e informar a largura da faixa de domínio/serviço para o trecho no qual o empreendimento pretende se instalar;
21	T	Levantamento topográfico planialtimétrico da gleba, acompanhado de respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), em escala compatível, e georreferenciado (UTM SIRGAS2000)

Revisão: 001

A Adema se reserva no direito de exigir complementação de informações a qualquer momento durante a análise do processo.

		Termo de Responsabilidade Ambiental – TRA
22	T	Memorial Descritivo do empreendimento, acompanhado de respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);
23	T	Planta de situação georreferenciada UTM SIRGAS2000, com delimitação do polígono do empreendimento, acompanhada de respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) <a href="#">Arquivo no formato shapfile(.shp) com polígono georreferenciado do imóvel no qual está localizado o empreendimento em UTM Zona 24L (ou 24S). Datum SIRGAS 2000;</a>
24	T	Polígono georreferenciado da área destinada à compensação ambiental, <a href="#">se couber</a> ;

NOTIFICAÇÃO EM CASO DE DOCUMENTAÇÃO PENDENTE		
1. Em caso de documentação pendente, o status do processo de licenciamento é definido como pendente por parte do interessado.		
2. A evolução do processo depende da complementação da documentação pendente.		
3. O interessado fica ciente de prazo de 30 (trinta) dias para complementar a documentação, por meio de notificação.		
4. Decorrido o prazo estabelecido, o processo será arquivado, sem prejuízo de penalidades nos casos previstos em Lei nº 8.497/2018 e CONAMA, nº 237/1997.		
5. Para o atendimento com analistas ambientais e acompanhamento da tramitação dos processos nesta ADEMA, a ser realizado por técnicos, deverá ser apresentado ao processo procuração.		
6. É ESTRITAMENTE NECESSÁRIO o preenchimento de todos os itens do requerimento.		
TIPO DE DOCUMENTO		
Básico (B)	Específico (E)	Técnico (T)

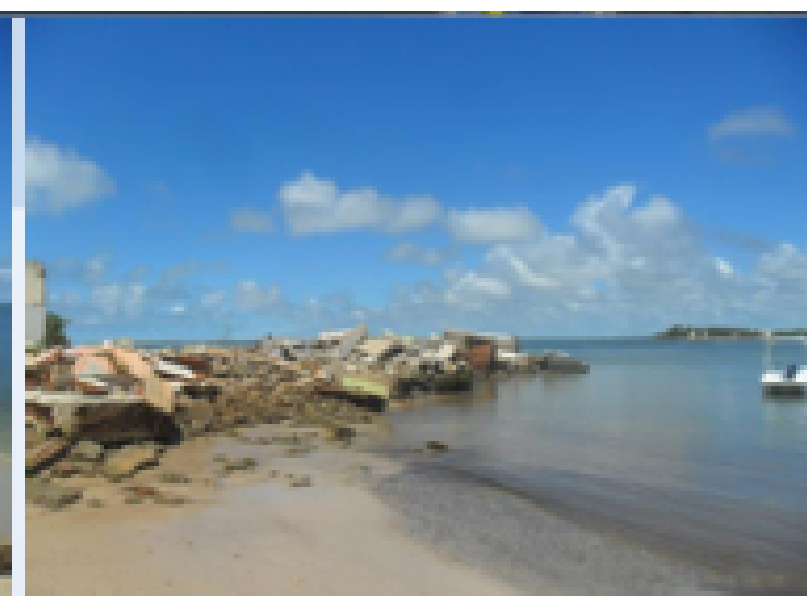


# Etapas do Licenciamento Ambiental

Comprovante de pagamento de taxa  
Documentos solicitados



# Monitoramento e Fiscalizações



Ponto S69 Ocupação com bares e barramento

Ponto S67 Destruição de casas localizadas na zona de praia

Fonte: Adaptado do Google Earth, 2015. Acesso em 03/10/2016.



Ponto S90 Ponta do saco

Ponto S84 Ocupações em zona de praia

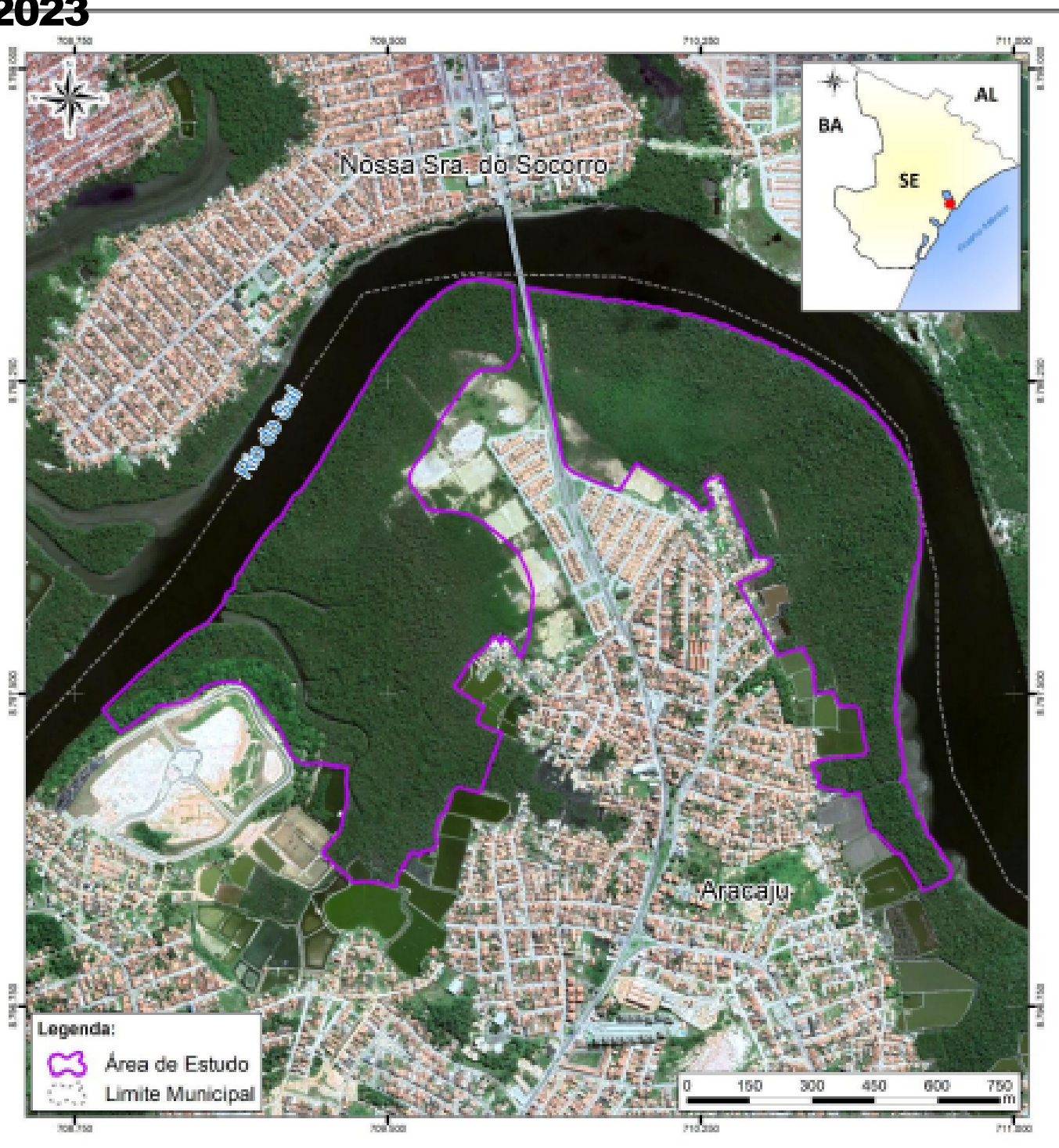
Fonte: Adaptado do Google Earth, 2015. Acesso em 03/10/2016.



# ÁREAS PROTEGIDAS NA ZONA COSTEIRA



**Área de Relevante Interesse Ecológico do Lamarão- Parque dos Cajueiros - 1990**  
**2023**  
**Governador Antônio Carlos Valadares**

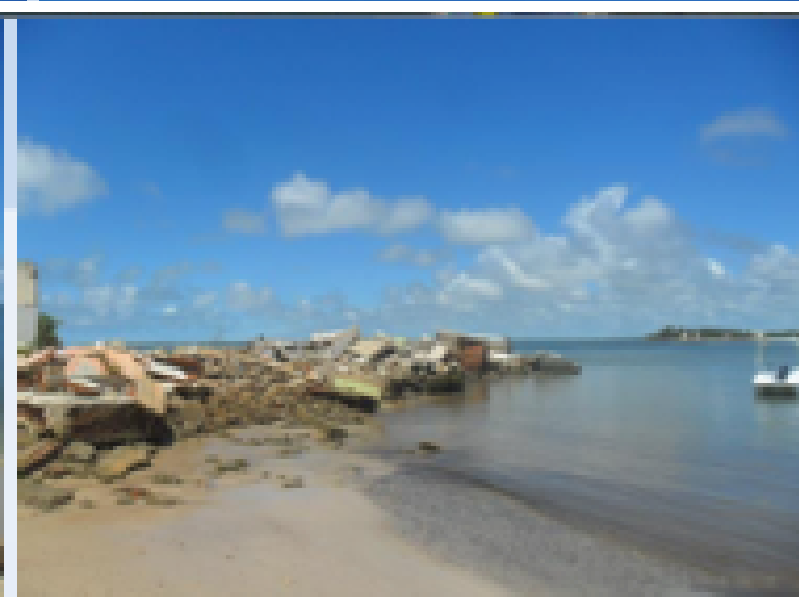


**LEI N°.**  
**12.651/2012**  
**Margens de rios e**  
 **cursos de águas**  
**Manguezais**  
**Restingas**

**Exceção:**  
**Dunas**  
**Utilidade pública**  
**Interesse social**  
**Baixo impacto**  
**ambiental**



# Monitoramento e Fiscalizações



Ponto S69 Ocupação com bares e barramento

Ponto S67 Destruição de casas localizadas na zona de praia

Fonte: Adaptado do Google Earth, 2015. Acesso em 03/10/2016.



Ponto S90 Ponta do saco

Ponto S84 Ocupações em zona de praia

Fonte: Adaptado do Google Earth, 2015. Acesso em 03/10/2016.



# Medidas Mitigadoras e Compensatórias



## Recuperação de Áreas Degradadas:

- Replanteio de manguezais
- Restauração de restingas
- Estabilização de dunas

## Monitoramento Contínuo:

- Qualidade da água do mar
- Monitoramento de praias
- Acompanhamento de comunidades bentônicas

## Programas Socioambientais:

- Compensação a comunidades pesqueiras
- Educação ambiental costeira
- Fomento ao turismo sustentável

## Faixa de Segurança:

- 33 metros da linha de preamar (Lei 7.661/88)
- 50m para zonas urbanas
- 200m para atividades potencialmente poluidoras
- 500m para atividades perigosas

# Licenciamento:

## Oportunidade?

 Função do Licenciamento:

- Internalizar externalidades, ferramenta de gestão
- Prevenir falhas de mercado
- Garantir custeio do dano ambiental, mas não substitui políticas públicas
- Nível socialmente ótimo de produção, justiça ambiental

 Externalidades Negativas:

- Poluição do ar/água/solo
- Perda de biodiversidade e função ambiental
- Impactos na saúde

# Obstáculo



 Conflitos de Competência:

- IBAMA x Estados x Municípios
- SPU x Órgãos ambientais

 Pressão Imobiliária:

- Interesses de incorporadoras
- Especulação imobiliária na orla

 Conflitos com Comunidades

- Tradicionais:
- Pescadores artesanais, Marisqueiras e catadores de caranguejo
  - Catadores de mangaba

 Riscos Naturais:

- Erosão costeira acelerada, perda de praias, Eventos climáticos extremos, Elevação do nível do mar



# Licenciamento:

## Oportunidade?

✓ O licenciamento na zona costeira exige:

- Conhecimento técnico especializado
- Visão integrada dos ecossistemas
- Diálogo entre os sujeitos
- Respeito e protagonismo das comunidades tradicionais
- Adaptação às mudanças climáticas
- Gestão Integrada - GI Gerco

# Obstáculo

✓ Vantagens:

- Evita multas e paralisações - perda de competitividade
- Melhora imagem corporativa - vantagem competitiva
- Assegura futuro do negócio - gestão de riscos
- Capacidade de suporte limitada
- Condição para a Sustentabilidade - legitimidade social

💎 Não é burocracia e obstáculo ao desenvolvimento - é Gestão, Investimento e Justiça Intergeracional!



**Rua Vila Cristina, 1051 - Bairro: 13 de julho - CEP.:  
49020-150  
Aracaju-SE  
Tel.: (79) 3198-7150  
[www.adema.se.gov.br](http://www.adema.se.gov.br)  
Email.: [adema@adema.se.gov.br](mailto:adema@adema.se.gov.br)**

**Email:  
[ana.fontenele@  
adema.se.gov.  
br](mailto:ana.fontenele@adema.se.gov.br)**